

O ‘Império’ e seu avesso: atualidade e problemas abertos

“La postmodernità di ‘Empire’. Antonio Negri e Michael Hardt nel dibattito internazionale (2000-2018)», de Elia Zaru.
Mimesis: Milão, 2019.

Por Graziano Mazzocchini

Doutorando em Filosofia contemporânea pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

O ensaio do jovem e brilhante pesquisador italiano Elia Zaru apresenta duas notáveis qualidades enquanto verdadeira introdução à leitura do clássico “Império” de Negri e Hardt (2000): se, por um lado, constitui um verdadeiro mapeamento do imenso debate crítico que sucedeu à publicação do diagnóstico da nova ordem mundial pós-imperialista, facilitando não pouco o trabalho de pesquisa sobre a sua recepção – nos estudos marxistas e pós-coloniais, nas ciências econômicas e na sociologia do trabalho -, por outro lado, ao fazer isto, enucleia alguns nós que caracterizam ao mesmo tempo a novidade de tal diagnóstico e os impasses- os quais ainda hoje fomentam produtivamente o debate filosófico-político acerca dos dispositivos contemporâneos de dominação política e social e das possíveis resistências a esta última.

A estrutura do livro articula-se precisamente conforme os nós originais e problemáticos identificados ao longo da leitura de “Império”, os quais não se constituem em pontos soltos, mas sim em questões lógicas e praticamente encadeadas umas às outras: 1) em que e em que medida a configuração do

‘Império’ distinguir-se-ia dos velhos processos de acumulação e extração imperialista? Qual a nova configuração mundial dos espaços e dos tempos do capital? 2) Como esta ordem ‘imperial’ investiria a própria vida em toda sua extensão, configurando uma verdadeira “biopolítica”? Neste sentido, qual valência têm definições tanto inovadoras quanto controversas (e contestadas) tais como “capitalismo cognitivo” e “trabalho imaterial”? 3) O que (não) é a ‘multidão’? Seria este conceito a representação (e de alguma maneira a ratificação) do “suco” pós-moderno das forças produtivas e dos trabalhadores ou antes um verdadeiro conceito de classe adequado aos nossos tempos? Todas estas três questões resultam de uma ‘distinção analítica’ embasada numa síntese precisa, decorrente, conforme nos avverte Zaru (2019, p.14) desde o início do livro, da articulação das noções de *subsunção formal* e de *subsunção real* –a serem entendidas, respectivamente, enquanto o processo de subsunção de um “fora” ainda não capitalista pelo capital e o da introjeção de um espaço produtivo de maneira tal que este último se torne originária e imediatamente estruturado pela relação produtiva de capital.

Assim, no primeiro capítulo (ZARU, 2019, p.21-65), concernente à passagem do imperialismo ao Império, Zaru defende – no fundo, o inteiro livro é uma defesa *ponderada e crítica* da validade das principais teses de Negri e Hardt – a efetiva originalidade da ordem imperial vis a vis o velho colonialismo. Zaru consegue resultar persuasivo exatamente por fazer coincidir a distinção entre a configuração do imperialismo novecentista e a imperial com a supracitada distinção entre os dois tipos de subsunção pelo capital. Na contribuição à teoria do imperialismo proporcionada por Rosa Luxemburgo, o capital pode ser caracterizado principalmente pela subsunção formal, isto é, pela absorção extrínseca de um espaço externo ‘pré-capitalista’. Já a nova ordem global caracteriza-se pela centralidade da subsunção real, a saber, pela produção direta da própria vida desde o interior do capital (2019, p.47-48). Esta nova configuração do Império não decorre de uma modificação mecânica da composição do capital, mas de uma reestruturação determinada pela combinação das lutas pós-sessentaístas e anticoloniais (ZARU, 2019, p.30). Conforme o próprio autor oportunamente nos lembra em nota de rodapé (ZARU, 2019, p.30), este argumento de *Império* expressa um verdadeiro pressuposto do assim chamado “operarismo” italiano desde a década de sessenta: são as lutas a determinar primeiramente o capital, e

não vice-versa; assim, a busca do capital global por uma nova forma de soberania a ser exercida sobre as redes igualmente globais de cooperação social nos mostra que o próprio Império é mais do que tudo uma resposta a e uma tentativa de contenção e neutralização das lutas (ZARU, 2019, p.62-64). Foram justamente as lutas anticoloniais que determinaram a obsolescência da divisão estanque, própria do colonialismo dos séculos XIX e XX, entre os espaços de acumulação/extração da mais-valia e os da sua apropriação. Um exemplo desta obsolescência da divisão binária é dado pela Índia de hoje, que é, ao mesmo tempo, o lugar da acumulação da dita mais-valia e da sua apropriação. Em suma, << “se Lenin definia o imperialismo enquanto ‘o estágio monopolista do capitalismo’, nós podemos identificar o Império enquanto o estágio descolonizado deste capitalismo, isto é, onde a acumulação de capital num nível global não obedece mais ao esquema binário colônia/mãe-pátria...” (ZARU, 2019, p.46). É precisamente esta passagem, e a consequente centralidade da subsunção real, que escapa à compreensão de David Harvey quando este último teoriza um novo imperialismo. Harvey estaria ainda preso à identificação de um “fora” onde - ainda e sempre - repetir-se-ia a acumulação originária. Ao contrário, na tese de Negri e Hardt, não há sequer uma dialética dentro/fora, pois o segundo polo foi definitivamente interiorizado na

relação de produção capitalista (ZARU, 2019, p.23). Isto por acaso significaria a definitiva superação de quaisquer papéis do Estado-nação moderno? A resposta de Zaru (2019, p.23-24) é negativa e nuançada ao mesmo tempo: as funções e os dispositivos do Estado-nação não foram definitivamente desativados, mas resultaram deslocados no âmbito de uma nova articulação global de governança. À luz de tal especificação, entendemos a concordância do autor com uma convicção polêmica do próprio Negri: a insistência de alguns críticos de *Império* em lhe contrapor uma suposta atual centralidade do Estado-nação na definição dos espaços da acumulação e apropriação capitalista nada mais é do que uma recusa propriamente política do diagnóstico da nova ordem global (cf. ZARU, 2019, p.51, nota de rodapé).

O segundo capítulo do ensaio (ZARU, 2019) aborda os conceitos entre si correlatos da produção biopolítica, do trabalho imaterial e do capitalismo cognitivo a partir de um primeiro resultado obtido por Zaru ao analisar a passagem do Imperialismo ao Império no capítulo precedente: desde que a relação com o “fora” tornou-se internalizada pelo próprio capital global (subsunção real), é o próprio *bios* que será produzido nas entranhas do modo capitalista de produção; por conseguinte, o poder exercido pelo comando imperial sobre a cooperação social, conforme já foi mencionado, não pode deixar de configurar-se senão como biopolítica (ZARU, 2019, p.71).

Mas, afinal, de *qual* biopolítica estariam falando Negri e Hardt? De acordo com Zaru, se, notadamente, para o filósofo francês Michel Foucault, os termos ‘biopoder’ e ‘biopolítica’ tendem a constituir dois sinônimos e, ademais, o próprio poder em geral consiste numa relação circular, para os autores de *Império*, há uma distinção conceitual além de terminológica entre as duas noções: a primeira designa a subsunção real da sociedade operada pelo capital, ao passo que a segunda nomeia a potência produtora da própria vida (ZARU, 2019). Mais do que isso, o biopoder propriamente dito para eles é um tipo de poder que, enquanto dominação *sobre* a potência do bios, tende a ser exercido num sentido mais vertical, demonstrando assim proceder para além de Foucault e lhe preferindo um acoplamento mais spinozista no sentido de um poder constituinte-constituído (ZARU, 2019). A partir de um determinado ponto, Negri e Hardt percebem Foucault como insuficiente para seus propósitos e acham uma ferramenta interpretativa mais útil para a sua análise no conceito de sociedade biopolítica contemporânea presente nas notas do *Post Scriptum* de Gilles Deleuze (1990) à sua coletânea *Pourparlers*. Nesta obra, Deleuze procede com e para além de Foucault ao diagnosticar a sociedade do século XX como a da extensão hipertrófica do poder disciplinar que o primeiro analisara a propósito dos dispositivos e das sociedades dos séculos XVIII e XIX

(ZARU, 2019, p.73-74). Dessa maneira, na esteira das reflexões de Deleuze, a sociedade capitalista analisada em *Império* também é uma sociedade do “controle”, na e pela qual este último implanta-se no próprio âmago da produção biopolítica das subjetividades. Só que Deleuze também é deixado para trás a partir de um diagnóstico, este decididamente original, pelo qual é preciso descer ao “laboratório secreto da produção biopolítica” para lhe arrancar o seu arcano (ZARU, 2019, p.76). Pois bem, tal arcano consiste numa reviravolta que a própria subsunção real do espaço global sob o comando do capital tornou possível. Considerando que a própria vida passou a ser diretamente incorporada pela extração de valor, eis que esta mesma produção biopolítica não apenas resulta ser literalmente “fora de medida”, isto é, não mensurável, medível, pela medida definida/definidora da lei marxiana do valor (ZARU, 2019,), como também põe-se incomensuravelmente para além de *qualquer* medida capitalista do valor, pois a própria força de trabalho agora, longe de constituir ainda uma simples ‘variável’ do capital, descende imediatamente da cooperação social (ZARU, 2019,). Não mais apenas valorizada pelo capital, a força de trabalho tornou-se capaz de *autovalorização* - uma noção, esta última, que na verdade recorre no pensamento de Negri desde a lide com as lutas do ‘operário massa’ da década

de sessenta e do ‘operário social’ da década de setenta na Itália (cf. e.g. NEGRI, 2005, p.100-118;215-230; 231-280). É neste sentido que o próprio trabalho pôde vir a ser definido por Negri e Hardt enquanto ‘imaterial’, em virtude da crise da lei do valor. Contudo, o adjetivo ‘imaterial’ veio a engendrar vários equívocos, pois pôde ser interpretado como um tipo de extorsão capitalista do trabalho que eventualmente prescindisse da expropriação via lei do valor; logo, tendo em conta tais críticas especialmente de proveniência marxista, Negri tem aceitado a sua requalificação segundo o adjetivo ‘cognitivo’ (cf. NEGRI, 2016, p.5-6). Se, portanto, a cooperação social expropriada valoriza a si mesma mediante recursos cognitivos, eis que o correspondente capitalismo expropriador será um capitalismo cognitivo, lá onde, conforme sintetizado por Didier Lebert e Carlo Vercellone:

...o termo capitalismo designa a permanência, mesmo na metamorfose, das variáveis fundamentais do sistema capitalista, em particular, o papel guia do lucro e da relação salarial, ou mais especificamente, as diferentes formas de trabalho dependente das quais a mais-valia é extraída; 2) o atributo cognitivo põe em evidência a nova natureza do trabalho, das fontes de valorização e da estrutura de propriedade sobre as quais fundam-se o processo de acumulação e as contradições que tal mudança engendra. (ZARU, 2019, p.91)

Mais uma vez, este salto paradigmático resulta inteligível à luz da combinação de lutas e reestruturações capitalistas correlatas, no caso, as que se situam na origem da crise da relação salarial fordista, as quais podem ser sintetizadas por três processos: 1) a recusa da organização científica taylorista do trabalho; 2) a expansão do *welfare*; 3) a expansão de uma intelectualidade difusa em força de massificação da instrução (ZARU, 2019). Ao concluir o segundo capítulo, Zaru (2019,) nos lembra que, para Negri e Hardt, a crise da lei do valor não significa o fim da valorização capitalista; antes, equivale a situar a sua origem da valorização capitalista no trabalho propriamente dito, até então tido como um aspecto ‘colateral’ da valorização. O Império e o seu avesso: se o primeiro delinea-se enquanto “presença espectral”, tendencial, face a uma cooperação social global, eis que esta última constitui, ao mesmo tempo, o ponto de pegada e uma resistência, um verdadeiro ‘contralimpério’. É da resistência que o capital global suga o valor e é sobre ela que o mesmo capital esforça-se para estender e implantar o seu comando.

Este contralimpério é a ‘multidão’, talvez o conceito mais problemático elaborado por Negri e Hardt. Zaru (2019) nos proporciona algumas pistas hermenêuticas úteis para nos orientarmos na correta interpretação de tal proposta teórico-política: por um lado, ela deve ser projetada no pano de fundo operarista italiano, conforme aquela

noção de autovalorização que mencionamos acima, de maneira tal que não percamos de vista o fato de que a multidão apresenta os significados políticos e sociais de um sujeito produtor e explorado ao mesmo tempo; por outro lado, ela é também um conceito filosófico-político, cuja ascendência spinozista já por si só atesta a contraposição de tal noção à homogeneidade e unificação sintética do *povo* sob a forma-Estado na antropologia filosófica e política de Thomas Hobbes. Seria por isso a multidão uma exaltação do indivíduo nos moldes liberais? A resposta do nosso autor é negativa: é substancialmente errado tachar o conceito de multidão de individualismo, sendo a palavra-chave para a sua decifração não ‘indivíduo’, e sim ‘singularidade’, entendendo com esta última o plano das irredutíveis diferenças de sujeitos *sociais* que nunca chegam a uma síntese unitária (ZARU, 2019). Ademais, estas críticas que pretendem vislumbrar na multidão uma apologia dos indivíduos e dos seus direitos abstratos não levam em conta o constituir-se ‘no comum’ da própria multidão, sendo ‘o comum’ a composição não sintética das diferenças (Ibidem, p.113). Portanto, argumenta brilhantemente Zaru (2019, p.108), ‘singularidade’ e ‘pluralidade’ na noção de ‘multidão’ contrapõem-se à homogeneidade do povo, mas não ao conceito de ‘classe’. Antes, a própria multidão é, por sua vez, um conceito de classe, embora mais extenso do que o de ‘classe operária’ nos seus

entendimentos sociologistas (Ibidem, p.121-122), graças a sua coincidência com a inteira extensão da sociedade contemporânea, a qual, conforme vimos, é abordada por Negri e Hardt enquanto produto da extrapolação das formas disciplinares da fábrica. Mas, se evidentemente pôde resultar mais fácil ao nosso autor responder a este tipo de crítica, uma maior razão de inquietação proveio de outras questões, sem dúvida mais articuladas e intelectualmente honestas, tais quais as de Ernesto Laclau e Pierre Macherey: seria a multidão capaz de constituir-se num sujeito político de uma ação unitária coerente? Ou ainda as de Étienne Balibar e Paolo Virno: qual seria o sentido e a direção da ação política da multidão? Ela não poderia vir a constituir um perigo até para si mesma, se, por exemplo, se dispusesse a desejar o fascismo (ZARU, 2019, p.127-128) ? É reservado, finalmente, um certo espaço à exposição do argumento filosófico-político de Laclau que tenta ‘subverter’ a construção hardt-negrina da multidão ao conduzir até suas extremas consequências a alegação da ‘plena imanência’ de tal construção: se o próprio antagonismo social for irreduzível, isto é, se ele constituir o fundo inalisável da própria constituição do social, eis que a multidão configurar-se-ia enquanto sujeito universal homogêneo, mas para tanto, para constituir-se historicamente enquanto sujeito universal, ela deveria ter tido acesso ao lugar propriamente político da mediação que articule conflito e hegemonia. Em outros termos, para Laclau, a multidão só pode

ascender a conceito político se transcender sua imanência (ZARU, 2019,). A contra-argumentação de Negri e Hardt é compartilhada por Zaru nos seus termos e em seu sentido, mas, ao mesmo tempo, Zaru coloca aquela que talvez seja a maior inquietação tanto para si quanto para o leitor: o reivindicado caráter imediatamente político, e não pré-político, do social por parte de Hardt e Negri não os exime do refletir acerca da questão da organização (p.144-146). Para tratar deste problema, Hardt e Negri recorrerão a grades interpretativas da política da multidão tais como ‘intersecção’ e ‘composição contingente’. No entanto, pode-se dizer que estas ainda são meros pontos de partida, e não soluções teórico-práticas face às críticas acerca da consistência e direção de uma tal política, embora imprescindíveis para acabar com uma certa teleologia que parece arrastar-se no operarismo desde as suas origens (p.130-131) . Seria a renovada distinção negriana entre estratégia proletária e tática das organizações (NEGRI, 2017) um esboço de um avançar na direção de uma solução mais consistente (ZARU, 2019, p.132-133) para a organização política da Multidão? Quem escreve tende a acreditar que tal caminho corre o risco de descambar para uma restauração, mesmo que sub-reptícia, de uma ‘autonomia do político’ que reverteria, sem solucionar o impasse da organização política, para o que Elia Zaru (2019, p.133) define como uma “autonomia do social”.

Referências bibliográficas

DELEUZE, Gilles. *Post Scriptum* In Idem, *Pourparlers 1972-1990*, Paris : Les Éditions de Minuit, 1990, p.240-247.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*, Cambridge: Harvard University Press, 2000.

NEGRI. *Books for burning. Between Civil War and Democracy in 1970s Italy*, London-New York: Verso, 2005.

_____, <<Império>> *quindici anni dopo. Intervista ad Antonio Negri (a cura di Elia Zaru)*, www.filosofia-italiana.net, 2016.

_____, *Lenin: dalla teoria alla pratica* In: www.euronomade.info/?p=9675, 2017.

ZARU, Elia. *La postmodernità di <<Império>>. Antonio Negri e Michael Hardt nel dibattito internazionale (2000-2018)*, Milão: Mimesis, 2019.